

LUTAS POPULARES NO GOVERNO JÂNIO QUADROS EM BRASÍLIA: O MOVIMENTO PRÓ-FIXAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA CIDADE LIVRE

Nair Heloisa Bicalho de Souza*

RESUMO

Numa fase caracterizada por retração econômica e incipiente iniciativa no plano social e político, diversos movimentos sociais eclodiram pautados em reivindicações concretas e circunscritos no campo da chamada "democracia populista". O enfoque da democracia populista, privilegiado para este estudo de caso, volta-se para a possibilidade de constituição de um canal de participação política, de expressão de demandas e de acesso ao Estado por parte das classes dominadas. O caso estudado configura uma situação concreta em que as contradições sociais vivenciadas pelos moradores da Cidade Livre criam condições para a organização e mobilização dos moradores, em prol de sua urbanização e fixação. O movimento ganha dimensão social e política à medida em que se confronta com os interesses do Estado e busca aliados capazes de mediar essa relação e respaldar suas reivindicações.

1. O Governo Jânio Quadros: anotações sobre a conjuntura

Identificado como um político não-ortodoxo, Jânio Quadros incorporou-se ao quadro populista como uma liderança com penetração junto às diferentes classes sociais, especialmente aos setores de menor poder aquisitivo. Independente no plano político, permanecia avesso à submissão ao esquema partidário, mantendo uma relação direta com as massas, a partir de um discurso de cunho fortemente moralizador. Na avaliação de Skidmore (1975:231-251), aceitou o apoio da UDN (União Democrática Nacional) à sua candidatura a presidente, permanecendo independente em relação às negociações partidárias. Adotando uma política de governo neoliberal, manteve uma proposta desenvolvimentista, oferecendo condições favoráveis ao capital estrangeiro e, a nível interno, propôs-se a combater a ineficiente máquina burocrática e a injustiça social.

No plano econômico, apresentou um programa anti-inflacionário – pautado em uma reforma do sistema cambial (corte aos subsídios das importações) – e alcançou certo sucesso na negociação da dívida externa. Preocupado com medidas de curto prazo (estabilização e renegociação da dívida), não chegou a

* Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília e pesquisadora do IPEA.

delinear propostas de planejamento a longo prazo, apesar das tentativas feitas pela Comissão Nacional de Planejamento e a elaboração preliminar de um Plano Quinquenal. Ao nível político, evitou comprometimentos com movimentos ou partidos, mesmo na situação de crise. No caso da aliança com a UDN, adotou medidas que não contavam com a aprovação do partido, o que gradativamente resultou em seu afastamento. Um exemplo concreto foi a adoção de uma política externa independente, incluindo a União Soviética, o que provocou polêmicas internas.

Quando renunciou, segundo Skidmore, diversos setores sociais demonstravam insatisfação com sua política de governo: os dirigentes sindicais e intelectuais de esquerda discordavam do custo social provocado pelo programa de estabilização; o setor industrial e o comércio preocupavam-se com a estagnação econômica; os políticos tradicionais adotavam uma atitude temerosa diante das investigações sobre a corrupção político-financeira. Para Ianni (1971), se a adoção de uma política externa independente teve o sentido de marcar posição contra o colonialismo, ao nível interno a incompatibilidade entre a política anti-inflacionária e a popularidade política do governo acabou por dificultar o ajustamento entre o desenvolvimento econômico e a estabilização financeira.

Em Brasília, o programa anti-inflacionário teve conseqüências danosas para a economia local. Centrada no dinamismo da indústria da construção, as atividades econômicas sofreram refluxo. Cabia ao setor público a iniciativa das principais obras em andamento na cidade, deixando à esfera privada uma parcela reduzida de participação (93 por cento e 7 por cento respectivamente)(1). O combate à inflação implicava a suspensão das verbas destinadas às edificações públicas, resultando na morosidade dos trabalhos ou mesmo na sua paralisação, fato provocador da dispensa de inúmeros trabalhadores e conseqüente retração do mercado de trabalho local.

O forte impacto social dessa medida mobilizou os dirigentes sindicais de Brasília no sentido de pressionar as autoridades federais, solicitando providências urgentes sobre o crescente desemprego. Nesse cenário, marcado pela retração econômica e incipiente iniciativa no plano social e político, diversos movimentos sociais eclodiram, pautados em reivindicações concretas e circunscritos no campo da chamada "democracia populista".

2. A democracia populista: um referencial da análise

A questão do populismo ainda se inscreve em um quadro polêmico. Heranças de fenômenos análogos ocorridos na Europa, as análises políticas mesclam posicionamentos e interpretações bastante dissonantes. No caso latino-americano, as abordagens de Germani, Torquato di Tella, Jorge Graciarena e

(1) Segundo "Gastos Públicos em Brasília", *Conjuntura Econômica*, ano XVI, nº 12, dezembro de 1962:69-72.

Hennessy, tratadas por Ianni (1975), são contribuições significativas para dimensionar o fenômeno no continente.

Neste trabalho, deter-me-ei nas abordagens desenvolvidas por Weffort (1980) e Ianni, buscando o enquadramento da problemática em nível nacional. O primeiro define o populismo em dois planos: estilo de governo e política de massas. No primeiro caso refere-se à democratização do Estado e das relações político-sociais, resultando em um certo projeto de desenvolvimento nacional, permanecendo o Estado sensível às pressões populares. No segundo, atribui a política de massas a condução e manipulação das aspirações populares (plano ideológico) através das lideranças populistas, dos partidos políticos e do próprio aparelho de Estado.

Ianni centra sua análise na discussão modernização/democracia, na estrutura política latino-americana, no caráter policlassista do populismo, no aspecto bonapartista, na questão do nacionalismo, na presença do Estado oligárquico, no desenvolvimento de organizações operárias, dentre outros. Para ele, o populismo corresponde a um período de transformações expressivas nas sociedades latino-americanas, vinculando-se a um período caracterizado pela industrialização, expansão urbana, principalmente do terciário e modificações na esfera do Estado capitalista. Nesse âmbito, as funções específicas que assume estão vinculadas à articulação sindicato/Estado, sob forma burocrática (despolitização de suas atividades, não impedindo a incorporação da experiência política vivenciada pelas massas trabalhadoras); ao eixo principal em torno da relação Estado/Partido/Sindicato; à atuação do setor público como agente produtivo, etc.

As contradições geradas no âmbito da democracia populista referem-se, de um lado, à proposta de desenvolvimento econômico baseado na harmonia entre as classes sociais e na aliança de classes sob a direção da chamada burguesia nacional; de outro, no caso específico do governo João Goulart, em que o processo de politização da plataforma governamental – incorporando uma estratégia nacional-reformista – foi estabelecendo uma linha ideológica mais definida e dando margem à consolidação do antagonismo por parte dos setores mais conservadores.

Neste trabalho, o enfoque da democracia populista, privilegiado para a análise, volta-se para a possibilidade de constituição de um canal de participação política, de expressão de demandas e de acesso ao Estado por parte das classes dominadas. É a partir deste referencial que se configura um jogo de pressões onde os movimentos se colocam como interlocutores ou agentes políticos que, apesar da estratégia de subordinação aos interesses da burguesia nacional, encontram um terreno próprio de organização, manifestação e conquista de seus objetivos.

3. Movimentos sociais: um enquadramento necessário

A literatura sobre o assunto vem-se diversificando nos últimos anos, principalmente com a contribuição dos trabalhos sobre os chamados "novos movi-

mentos sociais". Inúmeras discussões estão em andamento e chega-se a falar em "crise" na teoria dos movimentos sociais (Mouçouçah, 1987). Isto se deve à presença de formas de manifestações feministas, pacifistas, étnicas, ecologistas, culturais, etc, que vêm exigindo uma revisão do enfoque teórico tradicional.

Para efeito desta pesquisa, o enquadramento do Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre, objeto deste trabalho, responde às características básicas apontadas por Laclau (1986): identidade dos agentes, conflito tipificado e espaço político unificado, ou seja, torna-se passível de análise a partir de elementos vinculados às conceitualizações tradicionais de conflitos sociais.

Dentro desta perspectiva, enquadra-se a definição dada por Castells (1973) aos movimentos sociais: "um sistema de práticas resultantes da articulação de conjunturas de um sistema de agentes urbanos com outras práticas sociais, tal que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma mudança substancial no equilíbrio de poder na luta de classes, quer dizer, no poder do Estado. Os movimentos sociais urbanos seriam um tipo específico de efeitos gerados por contradições sociais e sempre dão origem a um processo de mudança social na cidade. Eles sempre provocam, a partir do sistema político vigente, um contramovimento. Este contramovimento é uma resposta que poderá levar a um conflito real entre as partes envolvidas. Ele constitui uma reação, é uma intervenção do aparelho político (integração-repressão) visando à manutenção da ordem".

O caso em estudo parece responder a esta abordagem à medida em que emerge a partir de uma situação concreta em que as contradições sociais vivenciadas pelos moradores da Cidade Livre criam condições para a sua organização e mobilização em prol de sua urbanização e fixação. Um movimento que ganha dimensão social e política à medida em que se confronta com os interesses do Estado e busca aliados capazes de mediar esta relação e respaldar suas reivindicações.

4. Brasília: o resgate da memória social

Brasília, cidade planejada e implementada pelo Estado, carrega desde seu início um "estigma": se de um lado o planejamento resultou em funcionalidade, dando margem à caracterização de "cidade-máquina", provida de amplos espaços facilitadores da atuação do aparelho repressivo, a sua consolidação pelos regimes militares como um "oásis de tranquilidade" marcou definitivamente seu vínculo com o aparelho de Estado.

Esta visão da cidade surge articulada à versão oficial de suas funções, onde todos os esforços são feitos para gravar uma imagem urbana com um laço profundo com o Estado. Construída no bojo da proposta destinada a garantir o processo de acumulação capitalista previsto pelo projeto desenvolvimentista, Brasília envolve certa ambiguidade: "por um lado, ela teria sido edificada como utopia que anteciparia um futuro mais igualitário para a sociedade brasileira e, por outro, ela se apresentaria hoje como cidade-capital bastante apropriada pa-

ra o funcionamento do Estado tecnocrático pelo seu relativo isolamento frente às grandes concentrações demográficas do país, pelo cinturão militar de proteção que a envolve, pela natureza de seu espaço urbano – que facilita a repressão aos movimentos contestatórios e a vigilância sobre o cotidiano dos indivíduos etc.” (Vesentini, 1985)

Esta ambigüidade configura um sentido particular ao projeto de construção. De fato, a idéia dos seus idealizadores estava voltada para uma alternativa de vida urbana democrática e participativa, pensada com certo idealismo, porém um verdadeiro desafio para uma sociedade capitalista e conseqüentemente injusta e desigual. O próprio processo de desenvolvimento urbano da cidade gradativamente foi destruindo a utopia inicial, segregando as camadas populares nas cidades satélites e deixando a parte nobre do Plano Piloto com as camadas mais abastadas. A proposta igualitária tornou-se, na prática, uma ilusão, desfazendo a possibilidade de convivência das diferentes classes sociais no mesmo espaço urbano.

De outra parte, a instalação de um imenso aparelho burocrático na capital, identificando-a substancialmente pela sua função administrativa, se em um primeiro momento agradou aos dirigentes populistas, especialmente Kubitschek que passava a ter um contingente de cidadãos agradecidos com as propostas de emprego e fixação na nova capital, no segundo, “serviu como luva” para os objetivos dos governos autoritários desinteressados na participação de grandes massas capazes de pressionar o aparelho do Estado em prol de suas reivindicações. A implantação definitiva da cidade ocorreu por volta de 1968-1970, momento em que a conjuntura política, bastante afetada pelas ações de grupos de guerrilha urbana, acenava com a possibilidade de segurança e tranquilidade para os representantes diplomáticos de países estrangeiros em uma nova capital bastante distante das ações armadas e com proteção policial mais eficaz (Vesentini, 1985:116).

Esta imagem de “reino da tecnocracia” que envolve Brasília foi acentuada exatamente no período autoritário, momento em que as decisões políticas eram tratadas como assunto essencialmente técnico, prescindindo de qualquer consulta à sociedade civil e restringindo as reais deliberações políticas ao pequeno grupo ocupante do Palácio do Planalto.

Esta é, em grande parte, a origem das referências à vida da cidade como pautada pelo “silêncio”, “parasitismo”, “ausência de participação” e “despolitização”. Esta pesquisa (2) propõe-se a resgatar a memória das lutas concretas do período 1960-1964, em que o caso do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante ocupa um espaço significativo na história social de Brasília.

(2) Projeto intitulado “Memória da Organização e Mobilização dos Trabalhadores no Distrito Federal”, coordenado pela autora juntamente com a socióloga Luciana Barros Jaccoud, com apoio da Fundação Pró-Memória e do CNPq.

5. O Movimento Pró-Urbanização e Fixação da Cidade Livre

Em 1957 a Cidade Livre era o ponto de referência dos que chegavam para participar da construção da nova capital. Dotada de uma infra-estrutura econômico-social básica (bancos, hotéis, lojas comerciais, escolas, igrejas), o núcleo urbano era também a área de apoio dos migrantes que se estabeleciam em barracos nas vizinhanças.

Sua criação tinha sido aceita na condição de "cidade provisória", onde não se pagavam impostos e cuja extinção estava prevista quando da inauguração de Brasília. Em 1960 ela contava com aproximadamente 50 mil habitantes na área urbana e a idéia de transferência tornava apreensivos seus moradores.

Em maio de 1960 Kubitschek faz uma proposta contendo os seguintes pontos: fixação de parte da cidade como zona esportiva, recreativa, hoteleira e de pequeno comércio; transferência de comerciantes (em torno de trezentos) para o Plano Piloto; transferência de moradores para Taguatinga e Sobradinho; concessão de lotes regularizados em Taguatinga em regime de comodato, por dois anos, a operários e "invasores". A Associação Comercial manifesta-se relativamente otimista com a receptividade de parte dos comerciantes. Por outro lado, cria-se a chamada Associação dos Habitantes Pioneiros do Núcleo Bandeirante, tendo como finalidade impedir violência e controlar o processo de transferência das chamadas "invasões" da área circunvizinha (Vila Mercedes, Vila Tenório, IAPI, Urubu, Querosene, etc). Na base da ação da nova entidade estava a intenção de pressionar as autoridades no sentido da urbanização da Cidade Livre.

No início de julho, a associação propõe um movimento de protesto contra as autoridades que ainda não haviam tomado quaisquer providências relacionadas ao processo de urbanização. Estava previsto o fechamento das lojas e uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, mas a atuação do DOPS, impedindo a arregimentação dos moradores através de alto-falante, a ameaça de prisão das lideranças e a caracterização da ilegalidade do movimento, atribuindo-o a "agitadores", resultou no fracasso desta iniciativa de mobilização.

Pressionado pela insatisfação coletiva, Kubitschek responde de forma imediata: reafirma sua posição pela urbanização da Cidade Livre, garantindo sua continuidade por mais três anos, e dá início ao calçamento e asfaltamento. Entretanto, seu governo encerra-se sem dar solução definitiva à situação da Cidade Livre.

Jânio Quadros, durante a campanha eleitoral, em comício feito na Cidade Livre, havia feito a promessa de transformá-la em uma "nova Vila Maria", bairro onde o ex-presidente residiu em São Paulo. Empossado, manifestou-se contrário à sua fixação e encarregou o prefeito do Distrito Federal, Paulo de Tarso, de executar uma política de transferência dos comerciantes para a Asa Norte (bairro do Plano Piloto) e dos "invasores" para as cidades-satélites.

Apesar de certa receptividade por parte dos comerciantes, a maioria dos habitantes organizou-se em torno do chamado "Movimento Pró-Fixação e Ur-

banização da Cidade Livre”, que passa a atuar como um canal institucionalizado de negociação em torno da manutenção desta área urbana.

Em fevereiro ocorre a denúncia do alto preço cobrado pela sub-prefeitura da Cidade Livre para emitir alvará de construção, além de um novo plano de policiamento para impedir invasões e construções de alvenaria, ocorrendo a destruição de cento e trinta barracos por ordem da prefeitura.

Em março, dirigentes sindicais sob a liderança do presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, apresentam um memorial reivindicando a fixação da Cidade Livre, a garantia de aquisição de lotes e a determinação de uma área definitiva para os “invasores”. O prefeito responde com um plano para a Cidade Livre, em que estava incluída a transferência dos comerciantes para a Asa Norte, dos operários para o SRDES e dos “invasores” para as cidades-satélites, principalmente a do Gama.

Diante das medidas adotadas com apoio da prefeitura, os próprios comerciantes também elaboram um memorial denunciando a transferência dos bancos, a extinção de linhas de transporte interestadual, a proibição de construções, etc. e, ao mesmo tempo, reivindicam a entrega de lotes na Asa Norte com financiamento de 50 por cento pela Caixa Econômica Federal, a indenização dos prédios regularizados e o fim das medidas de estrangulamento da Cidade Livre.

Em junho, diversos comícios são realizados com apoio de parlamentares e o movimento toma corpo: organizam-se comissões internas (de política, propaganda, finanças, de donas de casa, estudantes e comerciantes), intensifica-se a articulação com os políticos, enviam-se ofícios aos líderes partidários e aos presidentes das Câmaras Municipais do país e vários projetos de lei são apresentados no Congresso propondo a fixação da Cidade Livre.⁽³⁾

A prefeitura do DF não se deixa intimidar pelas pressões dos parlamentares e mantém sua política de eliminação dos barracos da Cidade Livre, criando uma situação de tensão: os inquilinos deixavam de pagar aluguel, entregavam as chaves à Prefeitura do Distrito Federal – PDF e a demolição era imediata, levando os proprietários a recorrer à Justiça.

O MPFUNB intensifica suas articulações no Congresso, sensibilizando também os senadores para a causa da fixação, aproveitando o espaço político do Parlamento para denunciar as arbitrariedades cometidas pela PDF. O respaldo obtido nesta Casa foi de fundamental importância para garantir o resultado final do movimento.

A tensão entre inquilinos e proprietários recrudescer em julho, e o prefeito

(3) Projeto 807 do deputado Castro Costa, dispondo sobre o loteamento do futuro DF e concedendo prioridade para compra de lotes no Núcleo Bandeirante; Projeto 1.843 (deputado João Agripino) instituindo a cidade-satélite de Candangolândia, destinada a trabalhadores da construção civil; Projeto 1.890 (deputado Paulo de Tarso) criando a cidade-satélite Bernardo Sayão através da urbanização da Cidade Livre; e o Projeto 2.656 (deputado Anísio Rocha) disciplinando a demolição das residências dos trabalhadores.

assume a defesa das medidas adotadas para "descongestionar" a Cidade Livre, provocando a elaboração de um abaixo-assinado por parte dos moradores, solicitando o fim das demolições. Intensificam-se também as denúncias de retirada de bancos, abandono das ruas, desrespeito às decisões judiciais e retiradas dos ônibus particulares, e grupos de moradores passam a resistir às tentativas de destruição de barracos e lojas comerciais. Mobilizados pela causa, os habitantes da Cidade Livre ocupam o plenário da Câmara para pressionar os parlamentares na votação, em regime de urgência, dos projetos em tramitação propondo a fixação da Cidade Livre.⁽⁴⁾

Desconhecendo a movimentação dos moradores, Paulo de Tarso probe a construção de novos barracos, nega o emprego da intimidação e da violência, sofrendo fortes críticas por parte dos senadores. A "operação-mudança" que a prefeitura implementava encontra oposição não apenas por parte do MPFUNB, mas também do Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil, que reage à remoção dos operários para a cidade-satélite do Gama, ainda sem condições de habitabilidade e distante do Plano Piloto, obrigando-os ao dispêndio com passagens urbanas.

Em agosto é aprovada por unanimidade a votação, em regime de urgência, dos projetos pró-fixação da Cidade Livre e os moradores comemoram com um imenso comércio, contando com a participação de 12 parlamentares de diversos partidos (PSB, PTB, PSD e PSP). Aprovado o projeto substitutivo de autoria do deputado Maurício Jopert da Silva em duas comissões da Câmara, o desenlace da reivindicação parece bastante próximo. Continuam as pressões dos parlamentares em relação às ameaças de retirar o mercado, demolir a rodoviária e dois cinemas e à tentativa de reintegração de posse em massa.

A capacidade de manter a população da Cidade Livre mobilizada em relação ao projeto em tramitação de um lado e, de outro, o apoio parlamentar à causa popular resultam na aprovação da lei de fixação pelo Congresso e posterior sanção pelo presidente João Goulart, em 14 de dezembro de 1961.

Conclusões

A vitória do movimento pela fixação e urbanização da Cidade Livre foi alcançada devido à combinação de diversos fatores. Em primeiro lugar, a organização interna, através das comissões e de representantes de categorias de profissionais liberais, donas de casa, farmacêuticos, moradores do IAPI, moradores da 3ª, 4ª e 5ª avenidas, barbeiros, comerciantes de tecidos, hoteleiros, etc, foi o eixo central da luta, permitindo uma articulação entre os setores sociais mais representativos da comunidade.

Em torno dessa organização sólida os moradores conseguiram um alto nível de mobilização, através de reuniões com autoridades federais, como Jus-

(4) Com a inclusão dos projetos mencionados anteriormente, foram incluídos os de número 2370, de 1960, e 3023, de 1961.

celino Kubitschek e João Goulart, e locais, como o prefeito Israel Pinheiro e Paulo de Tarso, concentrações massivas em frente ao Congresso Nacional, acompanhamento direto dos parlamentares no plenário e comícios de sensibilização dos habitantes do DF em relação ao destino da Cidade Livre. O vínculo estreito com o Parlamento foi o elemento-chave para garantir um instituto legal que respaldasse o propósito da fixação e urbanização. Contando com o apoio dos deputados e senadores filiados ao PTB, PSB e PSD, o movimento fez do Congresso uma "caixa de ressonância" das suas reivindicações, ganhando aliados estratégicos para exercer a mediação com as autoridades públicas.

O reforço dado pelas entidades civis, como sindicatos, associações de moradores, representantes das diversas igrejas, etc. à estratégia desenvolvida permitiu uma aliança direta com a sociedade civil local, criando um ponto de apoio sólido para enfrentar as investidas da Prefeitura do DF. Isso foi somado à capacidade do movimento de mantê-la sob pressão através de denúncias das suas arbitrariedades, protestos e da reação espontânea às demolições por parte dos moradores.

Finalmente, a plataforma nacional-reformista de João Goulart afinava com propostas de cunho popular, tal como as deste movimento, permitindo um desfecho favorável aos moradores da Cidade Livre.

BIBLIOGRAFIA

- CASTELLS, M. (1973). *La Question Urbaine*. Paris: Maspéro.
- IANNI, Octávio. (1971). *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- _____. (1975). *Estado e Planejamento Económico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- LACLAU, E. (1986). "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº 2, Vol. 1, outubro de 1986:41-47.
- MOUÇOUÇAH, Paulo S. C. (1987). "Movimentos Sociais e Transição Democrática". Projeto de dissertação de mestrado, USP.
- SKIDMORE, Thomas. (1975). *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- VESENTINI, José W. (1985). "Construção do Espaço e Dominação – Considerações sobre Brasília". In *Teoria Política*, Nº 7, Ano 2. São Paulo: Ed. Brasil Debates Ltda.
- WEFFORT, Francisco C. (1978). *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

ABSTRACT

POPULAR FIGHTS DURING THE JÂNIO QUADROS GOVERNMENT:
THE MOVEMENT FOR FIXATION AND URBANIZATION OF "CIDADE LIVRE"

In a period characterized by economic retraction and incipient initiative on social and political levels, several social movements emerged with concrete re-

vindications and circumscribed in the field of what is called "populist democracy". The perspective of analysis privileged for this case study is directed toward the possibility of the constitution of a channel for political participation, expression of demands and access to the State by the dominated classes. This case constitutes a concrete situation in which social contradictions experienced by the inhabitants of *Cidade Livre* (Free City) created the conditions for the population's organization and mobilization in view of its settlement and urbanization. This movement achieves social and political dimension as it confronts the State's interests and seeks allies which can mediate this relationship and back up their revendications.

RESUME

LUTES POPULAIRES PENDANT LE GOUVERNEMENT JÂNIO QUADROS: LE MOUVEMENT PRO-FIXATION ET URBANIZATION DE "CIDADE LIVRE"

Dans cette période caractérisée par la rétraction économique et initiatives incipientes au plan socio-politique, divers mouvements sociaux surgissent avec des revendications concrètes et circonscrits dans le champ de la "démocratie populiste". La perspective choisie pour cette étude de cas se dirige à la possibilité de constitution d'un canal de participation politique, expression de demandes et accès à l'Etat de la part des classes dominées. Le cas étudié constitue une situation concrète où les contradictions vécues par les habitants de *Cidade Livre* (Cité Libre) ont créé les conditions pour l'organisation et la mobilization de la population en vue de sa fixation et urbanization. Le mouvement gagne une dimension sociale et politique en cherchant des alliés capables de médier ce rapport et renforcer ses revendications.